



Manifesto do I Encontro dos Empregados do Banco da Amazônia do Estado do Maranhão

Os empregados do Banco da Amazônia no Estado do Maranhão, reunidos em São Luís no dia 26 de agosto de 2017, em face da grave conjuntura de retrocessos sociais que vive o país e o Banco da Amazônia, declaram que a política de fechamento de agências promovido pela direção da instituição tem por objetivo acabar com o BASA no Maranhão.

Em razão disso, a luta mais importante a ser coordenada pelas entidades representativas dos trabalhadores é a permanência e fortalecimento do Banco da Amazônia no Maranhão. Exigimos a imediata reabertura da Agência de Açailândia, bem como a desistência por parte do Banco do fechamento da Agência de Bacabal, com declaração de desistência feita na Ação Popular promovida pelo Deputado Estadual Roberto Costa.

Declaramos ainda que a política de criação das centrais de crédito faz parte da política de desmonte do banco no estado. As centrais de crédito configuram uma medida que prejudica severamente os empregados, na medida em que resultará no descomissionamento de mais de 30 empregados que exercem a função de supervisor. Tal política também prejudica a sociedade e as atividades econômicas locais, uma vez que a central de crédito será implantada em outro estado.

Por estas questões entendemos que a atual Diretoria do Banco da Amazônia não merece o apoio dos empregados e que as entidades devem deixar claro aos parlamentares da Amazônia seu rechaço à esta Diretoria com a solicitação que a mesma seja trocada imediatamente. Entendemos que a atual condução do Banco da Amazônia coloca em risco a existência do Banco e tem aplicado uma política que representa o maior ataque sofrido pelos trabalhadores desde a década de 1990.

Sendo assim, cabe aos empregados e às entidades organizar as ações de resistência, sendo uma das mais importantes a estruturação de uma campanha por valorização dos empregados que considere vários questões como a seguir:

1) Garantia que o Plano de Cargos e Salários que a Diretoria informa que será implantado leve à correção das graves distorções salariais e a inclusão do Quadro de Apoio que atualmente se expressam no Banco, garantindo nossa isonomia de direitos em relação às demais instituições financeiras federais. Atualmente continuamos a receber os menores salários dos Bancos Públicos.

2) Garantia que o atual processo de reestruturação preserve os direitos dos trabalhadores, principalmente os protegidos pela Sumula 372 do TST que refere-se a incorporação de função. A

relação entre a famigerada Reforma Trabalhista e a atual reestruturação tem produzido um clima de incertezas e medo na categoria.

3) Que a atual política de garantia de assistência à saúde seja imediatamente revista para no mínimo garantir a paridade contributiva como permite a CCE 09 o que, considerando-se a situação atual em que a distribuição dos custos é atualmente de 1/3 para o Banco e 2/3 para os empregados. A paridade já seria um passo importante, deixando clara a necessidade do retorno do patrocínio à saúde.

4) Considerando-se a situação das agências em todo o Banco marcada pela ausência de condições de trabalho, com falta crônica de material, pessoas e sistemas faz-se necessário pautar uma política de fortalecimento das agências, evidenciando a importância social e econômica da existência das mesmas, principalmente com a revisão do quadro de empregados de forma a atender a demanda de trabalho.

5) Que o sistema de ponto eletrônico, em que pese as diversas negociações que já ocorreram, ainda permanece sem solução. O atual sistema de ponto lesa os empregados que não são devidamente remunerados na forma de horas extras.

Para encaminhar esses pontos, como outros, apesar de já estarem definidas as regras do reajuste salarial 2017/2018, é fundamental que a categoria inicie um período de mobilização unificada, que deve começar com um pedido de abertura de negociação e um processo crescente de mobilização.

O dia 14 de setembro, data já aprovada pelos metalúrgicos de várias partes do país, pelo funcionalismo público federal e defendida na Assembleia Geral dos Bancários do Maranhão como o indicativo de greve da categoria bancária pode e deve ser um primeiro momento da construção dessa mobilização nacional dos bancários do Banco da Amazônia em defesa dos seus direitos.

As entidades representativas dos empregados precisam desde já construir pela base uma campanha em defesa dos trabalhadores e do Banco da Amazônia, com manifestações, paralisações parciais, reuniões nos locais de trabalho, visita aos parlamentares nos Estados e em Brasília expondo a toda a sociedade a importância desta instituição para a região.

I ENCONTRO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA DO ESTADO DO MARANHÃO

São Luís, 26 de agosto de 2017



